

RECURSO ESPECIAL Nº 1.698.590 - MG (2017/0232061-2)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO
ADVOGADOS : BRUNO SILVA NAVEGA E OUTRO(S) - RJ118948
GRACIELLE AUXILIADORA DOS SANTOS COLEN -
MG140335
RECORRIDO : VIAÇÃO GETÚLIO VARGAS LTDA
ADVOGADO : JULIANA IRFFI DE ANDRADE E OUTRO(S) - MG071894
INTERES. : SONIA MARIA COELHO DE LAIA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DENUNCIAÇÃO DA LIDE À SEGURADORA. REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. Absoluta a inexistência de negativa de prestação jurisdicional em face do enfrentamento das questões relevantes suscitadas pelas partes quando do julgamento do apelo e dos embargos.

2. "O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie" (AgInt no REsp n. 1.619.682/RO, Relator o Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 7/2/2017).

3. Afastada a pretensão do benefício da gratuidade com apoio nas provas coligidas, tem-se por insindicável a conclusão na linha do enunciado 7/STJ.

4. "A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que a suspensão de ações ajuizadas em desfavor de entidades sob regime de liquidação extrajudicial não alcança as ações de conhecimento voltadas à obtenção de provimento judicial relativo à certeza e liquidez do crédito, bem assim que tal condição não impede a incidência de juros e correção monetária. Incidência da Súmula 83 do STJ. " (AgInt no REsp 1.669.141/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26.06.2018, DJe 01.08.2018)

5. Pretensão de ressarcimento pela seguradora dos valores a que condenado o denunciante à lide. Necessária inclusão no título de todas as verbas objeto da condenação, inclusive juros de mora e correção monetária.

6. RECURSO ESPECIAL EM PARTE CONHECIDO E

DESPROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF, contra o acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO - TRANSPORTE COLETIVO - FREADA BRUSCA - QUEDA DE PASSAGEIRA - DANOS MORAIS - QUANTIFICAÇÃO - LIDE SECUNDÁRIA. Por aplicação do disposto no artigo 37, §6º, da Constituição Federal, é objetiva a responsabilidade da concessionária de transporte público por danos causados à vítima usuária do serviço em razão de queda sofrida no interior do veículo. A reparação moral deve ser quantificada em harmonia com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade que, adequadamente observados no caso concreto, não autorizam redução. O acolhimento da denúncia da lide deve operar-se nos limites da apólice e do risco contratado. Aceita a denúncia, não há falar-se em honorários de sucumbência devidos pela denunciada na lide secundária.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a recorrente apontou violação aos artigos 1.022, 98 e 99 do CPC; 18, "d" e "f", da Lei 6.024/74. Sustentou, em síntese: a) negativa de prestação jurisdicional; b) gratuidade judiciária; c) fluência dos juros e correção monetária.

Houve contrarrazões.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o acórdão recorrido foi publicado já sob a

vigência da Lei 13.105/2015, razão por que o juízo de admissibilidade é realizado na forma deste novo édito, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

No tocante à negativa de prestação jurisdicional, razão não assiste à instituição recorrente.

Sustentou-se omissa o acórdão acerca dos efeitos da sua liquidação extrajudicial em face da presente ação.

Da leitura do acórdão recorrido, extrai-se claramente o enfrentamento da questão, não havendo, pois, omissão a ser reconhecida.

De fato, o decreto de liquidação extrajudicial da embargante resulta demonstrado através dos espelhos de f. 254-302. Ocorre, entretanto, que esta ocorrência não basta para ensejar a suspensão requerida. E tal se afirma porque, na esteira do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, o disposto no artigo 18, "a", da Lei nº 6.024/74 não enseja interpretação literal, sendo afastada sua incidência nas situações, como ocorre in casu, em que o credor ainda busca a declaração judicial de seu crédito e, por linha de conta, a formação do próprio título executivo (REsp 1298237/DF).

A questão fora claramente examinada, não havendo falar em afronta ao art. 1.022 do CPC.

No mais, aduziu-se que estando em regime de liquidação extrajudicial a determinação de suportar as custas prejudicaria seus credores, daí decorrendo o direito à gratuidade.

O acórdão, abordando a questão, professou (fl. 369 e-STJ):

Quanto à gratuidade de justiça, a liquidação extrajudicial não é, por si só, suficiente para demonstrar hipossuficiência da requerente e, como tal, atrair o deferimento da benesse. Em situações tais, a incapacidade de responder por custas e despesas processuais sem comprometimento de sua existência e continuidade das correspondentes atividades deve ser provada pela empresa. E porque os documentos trazidos pela embargante a tanto não se prestam, não há falar-se nesse momento em concessão da benesse, portanto, em integração do julgado.

A orientação deste Superior Tribunal de Justiça consoa com o quanto concluído pelo acórdão recorrido.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. POSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PEDIDO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DEMONSTRAÇÃO DA FALTA DE MEIOS PARA CUSTEIO DO PROCESSO. SÚMULAS N. 7 E 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Consoante previsto nos arts. 34, VII, e 253, parágrafo único, II, alínea "a", do RISTJ, o relator poderá "conhecer do agravo para não conhecer do recurso especial inadmissível".

2. Inexiste afronta ao art. 489 do CPC/2015 quando o julgador pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo e identificando os seus fundamentos.

3. "A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o fato de haver a decretação da liquidação extrajudicial ou falência, não remete, por si só, ao reconhecimento da necessidade para fins de concessão da assistência judiciária gratuita à pessoa jurídica" (AgInt no AREsp n. 1.140.206/RS, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 8/3/2018.)

4. No caso, o Tribunal de origem, analisando os fatos e as provas dos autos, entendeu que o recorrente não comprovou sua incapacidade de custear as despesas processuais. Rever essa conclusão demandaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que não se admite no âmbito desta Corte, a teor da Súmula n. 7/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1048562/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 30/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. 1. A PESSOA JURÍDICA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL OU EM ESTADO FALIMENTAR DEVE COMPROVAR A IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM AS DESPESAS E CUSTAS PROCESSUAIS. 1.1. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAR O ENTENDIMENTO FIRMADO NO ARESTO IMPUGNADO. SÚMULA 7 DO STJ. 2. AGRAVO INTERNO

IMPROVIDO.

1. "O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie" (AgInt no REsp 1619682/RO, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 7/2/2017).

1.2. O acolhimento do inconformismo, segundo as alegações vertidas nas razões do apelo nobre, demanda revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, situação interdita pela Súmula 7 do STJ. 2. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1077667/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 10/08/17)

O recurso, pois, não merece guarida, tendo em conta o quanto disposto no enunciado 83/STJ e, ainda, no enunciado 7/STJ. Não pode desviar-se, esta Corte Superior, do quanto concluído pelo Tribunal de origem acerca da ausência de prova de elementos a corroborar a impossibilidade de pagamento dos ônus sucumbenciais.

Finalmente, remanesce apenas a alegação de afronta ao artigo 18, alíneas "d" e "f", da Lei 6024/74, em face, notadamente, da impossibilidade de fluência dos juros de mora e, ainda, de correção monetária.

Ao contrário do quanto alega a recorrente, a conclusão constante no acórdão recorrido revela-se escoreita, tendo em conta não decorrer da lei a impossibilidade de o Judiciário reconhecer, primeiro, em sede cognitiva, o direito à indenização e, segundo, o seu devido valor, que deverá ser adimplido pelo denunciante e ressarcido pelo denunciado.

Imprescinde que no título - que virá a ser eventualmente habilitado pelo denunciante na liquidação da denunciada - constem as rubricas próprias devidas ao credor: principal, correção e juros e demais consectários.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. SUSPENSÃO. AÇÃO DE CONHECIMENTO. INAPLICABILIDADE. FORMAÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO. AUSÊNCIA DE

REPERCUSSÃO PATRIMONIAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."

2. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que a suspensão de ações ajuizadas em desfavor de entidades sob regime de liquidação extrajudicial e o veto à propositura de novas demandas após o decreto de liquidação não alcançam as ações de conhecimento voltadas à obtenção de provimento judicial relativo à certeza e liquidez do crédito.

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 902.085/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16.02.17, DJe 06.03.17)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

(...)

2. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que a suspensão de ações ajuizadas em desfavor de entidades sob regime de liquidação extrajudicial não alcança as ações de conhecimento voltadas à obtenção de provimento judicial relativo à certeza e liquidez do crédito, bem assim que tal condição não impede a incidência de juros e correção monetária. Incidência da Súmula 83 do STJ.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1.669.141/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26.06.2018, DJe 01.08.2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. SEGURADORA DENUNCIADA À LIDE. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. POSSIBILIDADE DE O JUIZ DENEGAR O PEDIDO DE OFÍCIO, EXCEPCIONALMENTE. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DESTES AUTOS QUE ILIDE ESSA PRESUNÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 3. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. SUSPENSÃO. AÇÃO DE CONHECIMENTO. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES.

4. *SEGURADORA. CONSECTÁRIOS LEGAIS DECORRENTES DA CONDENAÇÃO. CABIMENTO.* 5. *AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.*

1. *Todas as questões suscitadas pelas partes foram devidamente apreciadas pela Corte estadual, não havendo que se falar em negativa de prestação jurisdicional.*

2. *A solução dada pelo acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual: "O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie" (AgInt no REsp n. 1.619.682/RO, Relator o Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 7/2/2017). Assim, para elidir as conclusões do aresto impugnado quanto às convicções formadas pelo Tribunal de origem acerca da ausência da comprovação da hipossuficiência da recorrente, seria imprescindível o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial nos termos da Súmula n. 7 do STJ.*

3. *O acórdão estadual está em sintonia com o entendimento deste Tribunal "de que a suspensão de ações ajuizadas em desfavor de entidades sob regime de liquidação extrajudicial e o veto à propositura de novas demandas após o decreto de liquidação não alcançam as ações de conhecimento voltadas à obtenção de provimento judicial relativo à certeza e liquidez do crédito" (AgInt no AREsp n. 902.085/SP, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 6/3/2017). Incidência da Súmula n. 83/STJ.*

4. *A seguradora denunciada à lide deve arcar com o pagamento dos juros de mora. Precedentes.*

5. *Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1715032/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 03/05/2018)*

Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e lhe nego provimento.

Advirto as partes que a oposição de incidentes manifestamente improcedentes e protelatórios dará azo à aplicação das penalidades legalmente previstas.

Ausente a condenação da recorrente ao pagamento de honorários de advogado na origem, inviável a sua majoração na forma do art. 85, §11, do

CPC.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

